



PROJETO DE LEI Nº 001 / 2023 () EXEC. (X) LEGI.

PAUTADO / DISTRIBUIDO

DATA: ____/____/2023

() C.CONSTITUIÇÃO E JUSTICA

() APROVADO

() REJEITADO

() C. FINANÇAS E ORÇAMENTOS

() APROVADO

() REJEITADO

() C. OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS

() APROVADO

() REJEITADO

() C. EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

() APROVADO

() REJEITADO

VOTAÇÃO

() 1º TURNO ____/____/2023

() APROVADO

() REJEITADO

() 2º TURNO ____/____/2023

() APROVADO

() REJEITADO

() 3º TURNO ____/____/2023

() APROVADO

() REJEITADO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 001/2023

“ALTERA A ESTRUTURA DO QUADRO DE CARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS – TO, PARA INCLUIR CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

OZIAS TELES DOS SANTOS, Vereador, no uso das atribuições previstas no artigo 114, do Regimento Interno, vem apresentar o presente projeto de lei Ordinário, nos termos que segue:

LEI:

Art. 1º. Fica alterada a estrutura do Quadro de Cargos da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins – TO, para aumentar o quantitativo de servidores no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, passando de um servidor para dois servidores, como segue:


CARGO	QUANTITATIVO
Vigilante	2
Auxiliar de Serviços Gerais	2
Técnico de Controle Interno	1
Diretor Administrativo	1
Motorista	1
Assistente Legislativo	1

Parágrafo único: Os cargos referidos no caput do art. 1º cumprirão as competências e condições de habilitação dispostas nos anexos da Lei que os instituiu.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei serão atendidas por dotações Orçamentárias próprias e específicas.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2023.


Divinópolis do Tocantins, 15 de fevereiro de 2023.


OZIAS TELES DOS SANTOS
Vereador Presidente

Aprovado em
23/02/2023



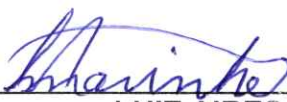

**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui



IGOR CARVALHO DOS SANTOS
Vereador



DOMINGAS P. GIL DE SOUSA
Vereadora



LUIZ AIRES MARINHO
Vereador



VALDIVAN ALVES DA SILVA
Vereador



LAURA DINALMY V. DE ABREU
Vereadora



VIVIANE M. DE ABREU CUSTÓDIO
Vereadora



CARLOS ANDRE M. OLIVEIRA
Vereador



RIVALDO BARBOSA DE SOUZA
Vereador

Aprovado em
23/02/2023




CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS
O futuro do município passa por aqui

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a ampliação do prédio da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins - TO, surgiu a necessidade de contratação de um novo servidor **Auxiliar de Serviços** para executar serviços de limpeza em geral, controle de materiais, organização dos ambientes, serviços de copa e cozinha.

Destarte, contando com a compreensão dos nobres colegas Vereadores, submetemos a matéria à apreciação e votação do Plenário.





PROJETO DE LEI Nº 001/2023 () EXEC. (X) LEGI.

PAUTADO / DISTRIBUIDO

DATA: 17/02/2023

(X) C.CONSTITUIÇÃO E JUSTICA

(X) APROVADO

() REJEITADO

(X) C. FINANÇAS E ORÇAMENTOS

(X) APROVADO

() REJEITADO

() C. OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS

() APROVADO

() REJEITADO

() C. EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

() APROVADO

() REJEITADO

VOTAÇÃO

(X) 1º TURNO 17/02/2023

(X) APROVADO

() REJEITADO

(X) 2º TURNO 23/02/2023

(X) APROVADO

() REJEITADO

() 3º TURNO ___/___/2023

() APROVADO

() REJEITADO



CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS

O futuro do município passa por aqui

PARECER LEGISLATIVO Nº 001/2023, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023

COMISSÕES: Constituição e Justiça e Finança e Orçamento

Projeto de Resolução nº 001/2023, 15 de Fevereiro de 2023.

INTERESSADO: PODER LEGISLATIVO

ASSUNTO: "PARECER ACERCA DA REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES, DO PRESIDENTE E DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS."

RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Resolução de iniciativa do Poder Legislativo, visando cumprir o devido processo legislativo.

O Projeto em análise estabelece que:

Art. 1º. Concede revisão geral anual das perdas inflacionárias do período de 2022, no total acumulado de 7% (sete por cento), calculados sobre o seu valor bruto, a título de revisão anual, conforme disposto no art. 37, Inciso X da Constituição Federal, à remuneração dos servidores e subsídios dos vereadores da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins - TO.

Parágrafo único: O índice de reposição do caput deste artigo é o apurado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, no período de dezembro de 2021 a dezembro de 2022.

Tal medida visa ao reajuste aos subsídios dos vereadores e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins.

Como verificar-se-á, está sendo proposta a reposição da inflação acumulada ao longo do período em que vigeu a última correção.

FUNDAMENTAÇÃO:

Neste sentido, extrai-se, consoante leitura do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...)"*

Aprovado em
23/02/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS

O futuro do município passa por aqui

*X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.*

Destarte, sabe-se que a iniciativa para revisão anual é de competência de cada Poder, nos termos do dispositivo supracitado. Assim, a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal, poderá ser realizada por meio de lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Além disso, importante frisar a diferença entre revisão e reajuste salarial. A **REVISÃO visa única e exclusivamente em pleitear direito líquido e certo de correção do poder aquisitivo** salarial dos servidores. Já o REAJUSTE visa o aumento da remuneração, inclusive podendo ser esse aumento acima da inflação. A diferença é sensível, pois REVISÃO E REAJUSTE apresentam naturezas jurídicas diversas, as quais decorrem de institutos constitucionais distintos e iniciativas legislativas diferenciadas, influenciando diretamente no direito à isonomia nos ganhos salariais.

Em tese, essa reposição inflacionária não representa conquista de melhoria ou aumento remuneratório, pois apenas resgata o poder aquisitivo subtraído pela elevação do custo de vida, vez que mantém o valor real dos salários.

Nisso reside a lógica de ser dirigida aos vereadores e servidores, porque sofrem com a mesma corrosão inflacionária, indistintamente. Trata-se também do direito dos servidores ao da irredutibilidade dos vencimentos. Já a fixação ou reajuste remuneratório, diferentemente da revisão geral, direcionam-se a reengenharias ou revalorizações de carreiras específicas, mediante reestruturações de tabela, e que por isso, de regra, não são dirigidos a todos os servidores públicos.

Deste modo, tratam-se de institutos diferentes.

A revisão geral anual aos servidores públicos, direito subjetivo assegurado pelo art. 37, inciso X, da Constituição Federal, tem por objetivo a manutenção do poder aquisitivo da remuneração quando corroído pelos efeitos inflacionários, cujo percentual deve seguir um índice oficial de medida da inflação e ser aplicado indistintamente para todos os servidores do quadro de pessoal do mesmo poder, anualmente, na data-base estabelecida em lei.

Desde o advento da EC nº 19 /98 e da regulamentação do art. 37, X, da CF/88 pela Lei n. 10.331/2001, restou reconhecido constitucionalmente o direito subjetivo dos servidores públicos à revisão anual de vencimentos, para fins de manutenção do poder aquisitivo da moeda.

Quanto à competência, não há qualquer óbice à proposta. Conforme dispõe o artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988, “**Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.**”

Aprovado em
23/07/2023
11/08/23



**CÂMARA MUNICIPAL DE
DIVINÓPOLIS**
O futuro do município passa por aqui

Portanto, entende-se totalmente legal a possibilidade da concessão da Revisão Geral Anual, respeitadas as disposições legais relacionadas à responsabilidade fiscal, se limitada a revisão aos limites da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observando-se também a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal, nos termos da LC n. 173/2020.

Desta feita, não há objeção quanto à constitucionalidade e à legalidade do projeto.

Feitos os apontamentos considerados pertinentes, as Comissões não encontrando nenhum vício de inconstitucionalidade resolveram **emitir parecer favorável**.

VOTO:

As Comissões votam favorável pela aprovação do referido Projeto de Lei.

COMISSÃO: CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Laura Dinalmy V. de Abreu
Presidente

Carlos André M. Oliveira
Relator

Viviane M. de Abreu Custódio
Vogal

COMISSÃO: FINANÇA E ORÇAMENTO

Valdivan Alves Da Silva
Presidente

Rivaldo Barbosa de Souza
Relatora

Luiz Aires Marinho
Vogal

Aprovado em
23/12/2023